

## **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE 2009.**

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram os Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso, e Hernâni Dinis Venâncio Dias, a fim de se realizar a Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente, a Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier, que secretariou a Reunião ;a Chefe da Divisão Administrativa, Luísa Maria Parreira Barata e a Assistente Técnica, Maria de Lurdes Esteves Martins Gomes.

Eram dezassete horas, quando o Sr. Presidente, declarou aberta a reunião.

**FALTAS** - O Sr. Presidente informou que o Sr. Vereador, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, não está presente à reunião, por ter sido nomeado Governador Civil do Distrito de Bragança.

Tomado conhecimento.

### **ORDEM DO DIA**

#### **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010**

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação, tendo feito a apresentação sucinta dos documentos, tecendo as seguintes considerações:

##### **“1. INTRODUÇÃO**

O Orçamento Municipal, em termos de previsão de receita, comparativamente ao do ano de 2009, diminuiu 5,88%. Trata-se de um orçamento com tendência de contenção, que deverá promover ajustamentos de sustentabilidade durante o período do mandato autárquico em face do peso relativo que os apoios comunitários

vierem a ter e das previsões gerais para a economia do país e seu impacto nas receitas e transferências da administração central.

**Endividamento** – O endividamento do município junto da banca durante o ano 2009 teve um crescimento de 252.783,00 euros, apesar de se ter contraído um empréstimo de médio e longo prazo, para a construção dos Centros Escolares no valor de 1.500.000,00 euros e iniciado a amortização do empréstimo de curto prazo, para aquisição de 3 autocarros no valor de 482.300,00 euros. Também teve início, o pagamento da dívida bancária transferida da Sociedade BragançaPolis, no valor de 902.241,11 euros.

O esforço no sentido de manter o serviço de dívida em valores baixos tem sido constante, por isso, os limites de endividamento de médio e longo prazo se situam apenas em 48,41% e endividamento líquido regista apenas 38,10% do limite. Numa perspectiva de manter níveis idênticos, durante o primeiro semestre do ano, será contraído um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 1.500.000,00 euros, valor inferior ao previsto nas amortizações, e destinado a contribuir para o pagamento de imobilizado (725.808,76 euros) e compromissos transitados da Sociedade BragançaPolis, no valor de 1.365.94,00 euros.

**Ao nível dos recursos humanos**, manter-se-á a actual orientação de proporcionar formação, dirigida para as necessidades específicas da organização ao nível interno e externo, incidindo na modernização administrativa e proporcionando respostas mais rigorosas e com diminuição de tempos de espera aos munícipes, processo que será complementado com a reorganização funcional e espacial dos serviços municipais.

A avaliação do desempenho dos trabalhadores, ainda numa fase de aperfeiçoamento, embora já em execução, deverá trazer para a instituição maior mobilização para a concretização dos objectivos com obtenção de melhores resultados. Este processo imperfeito permitirá mais cedo ou mais tarde, a alteração da posição remuneratório dos trabalhadores, conforme a motivação, a qualidade e o empenho no trabalho. Este ano adoptou-se a medida gestonária prevista na LVCR de modo a reforçar a motivação, recompensando o mérito de alguns trabalhadores, promovendo a eficácia, a eficiência e a qualidade na organização, em face do impacto redutor do novo paradigma legislativo, condicionante da evolução nas

carreiras. A opção gestionária, só por si não promoverá a justiça remuneratória entre carreiras e categorias, particularmente para os de mais baixas remunerações, uma vez que essa responsabilidade recai no âmbito das competências definidas a nível nacional.

**Informática e sistemas** – Prevemos durante o mandato e com início em 2010, promover uma reestruturação e modernização dos serviços, com investimento nos edifícios e meios tecnológicos. Os serviços do município recorrem já a um suporte e conjunto abrangente de recursos tecnológicos, base para que no presente mandato ocorra um novo impulso, otimizando infra-estruturas, integrando a informação, disponibilizando-a com mais qualidade e celeridade, tanto internamente como a nível externo.

**Ao nível do ensino**, a criação do Conservatório de Música e Centro Ciência Viva, as evoluções no Ensino Básico, com aulas a tempo inteiro, actividades de enriquecimento curricular, generalização do serviço de refeições, e a concentração dos alunos envolveram um aumento significativo nos custos com: pessoal técnico e administrativo; serviço de auxiliares; serviço de refeições; serviço de transportes e apoios sociais, despesas com tendência ainda crescente, e que só serão consolidadas após reordenamento da rede escolar (funcionamento de novos centros escolares e remodelação dos existentes) representam uma melhoria global no sistema de ensino, mas também um acréscimo da despesa corrente. O Conselho Municipal de Educação e os Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas e das três Escolas Secundárias, serão um primeiro nível de envolvimento do município, na reflexão e avaliação tendo em vista uma necessária melhoria global no sistema e que assegure melhores resultados.

**A tendência na área social** é de envolver recursos crescentes, necessários no apoio às famílias que no quotidiano se deparam com maiores dificuldades geradas pela situação económica, pela exclusão social, pelo envelhecimento, pela desertificação e pela pobreza. A optimização do apoio social envolve a participação do município em várias frentes, nomeadamente na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; no alargamento do Cartão de Município; no Gabinete de Apoio à Família; no Núcleo Local de Inserção; na Rede Social (tendo por base o Plano de Desenvolvimento Social); e no Banco de Voluntariado.

**Na área da habitação social**, com uma gestão mais desenvolvida, tendo por base o bom trabalho que tem vindo a ser concretizado, vamos actuar em quatro níveis: o primeiro, o da melhoria das condições de conforto e da imagem dos bairros sociais da Coxa e Mãe D'Água (pintura, caixilharia e outras melhorias) e redução de factura energética das famílias; o segundo no apoio através das Juntas de Freguesia à beneficiação das condições habitacionais de famílias carenciadas; o terceiro, a erradicação de barracas; e num quarto nível, no realojamento em fogos vagos e reajustamento das rendas apoiadas, assim como a eliminação parcial, conforme regulamento existente.

**No âmbito do planeamento urbanístico**, propomo-nos consolidar os instrumentos de planeamento existentes, disponibilizando on-line os elementos essenciais a uma gestão urbanística, transparente e equilibrada, continuando a construir uma cidade moderna, atractiva e respeitadora da sua história e identidade. Ao nível da urbanização destacam-se como prioritários os trabalhos de conclusão das Avenidas General Humberto Delgado e Luciano Cordeiro, o prosseguimento e início dos trabalhos de construção da Ciclovia, da repavimentação de passeios, área em que iniciamos um novo ciclo, adoptando materiais mais nobres e adequados à consolidação de espaços públicos de elevada qualidade, prosseguindo as orientações dos últimos anos, construindo uma cidade para o futuro.

**Ao nível do saneamento básico**, nos últimos anos ocorreu uma evolução muito positiva. Passamos de uma situação muito insuficiente para a superação de um objectivo que tinha como meta atingir um índice de atendimento de 90% no âmbito do PEASAR, definido para 2006 e reprogramado para 2011 tendo-se, no município, concretizado com 90,6% na área rural e com cerca de 100% na área urbana. Propomo-nos continuar a investir, na construção de redes de saneamento básico, tendo como única limitação o acesso aos recursos financeiros que vierem a ser disponibilizados pelo QREN, pois consideramos impossível planear a evolução de um concelho descurando questões deste âmbito que se traduzem na qualidade de vida das populações e na defesa do meio ambiente.

**No âmbito do ambiente**, destacamos três prioridades ao nível do abastecimento de água: a construção da barragem de Veiguiñas, que se assume como prioritária, no sentido de conferir fiabilidade ao sistema no seu conjunto; os elevados níveis da

actual qualidade da água para consumo; e a consolidação da gestão em baixa, com o contrato de consumos em todos os subsistemas e consequente adequação do tarifário.

Quanto aos resíduos sólidos urbanos, com um grau de cobertura próxima dos 100%, a orientação é de manter um elevado nível de limpeza urbana, promover a diminuição per capita do lixo produzido (1,24kg /habitante por dia), incrementar a recolha selectiva, conferir maior sustentabilidade e contribuir para a construção da Unidade Industrial de Tratamento Mecânico Biológico, cumprindo objectivos estratégicos do PERSU II para o período 2007/2016, depositando em aterro cerca de 50% do total de RSU contra os actuais 94%.

Ao nível dos espaços urbanos, propõe-se como prioridade a consolidação e a requalificação dos espaços existentes seguindo as políticas e orientações de sustentabilidade da actual gestão em parte transpostas para o Plano Verde e manual de Boas Práticas em Espaços Verdes. A boa imagem de cidade verde, amiga do ambiente, conseguida nos últimos anos deverá ser reforçada.

Fortalecer o apoio ao programa Eco Escolas e reafirmar uma política exigente contra a degradação da paisagem urbana e rural e assegurar a obtenção da bandeira verde ECO XXI, a participação em projectos e iniciativas que valorizem o turismo ambiental e de sustentabilidade, continuarão a ser prioridades para este quadriénio.

**Ao nível cultural**, conseguido um ciclo de construção de infra-estruturas culturais ímpares (Teatro Municipal, Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Centro de Arte Contemporânea, Graça Morais) e a realização de eventos culturais de referência, Bragança adquiriu uma dinâmica afirmativa, de qualidade, que a colocam no roteiro nacional em termos culturais. Entramos agora num novo ciclo, de consolidação e integração da programação cultural, de fortalecimento de parcerias externas e de reflexão sobre projectos de investimento (equipamentos e projectos de investigação) que venham concluir este ciclo único de construção de infra-estruturas no campo cultural.

**Ao nível do desporto**, do recreio e do lazer, pretendemos dar maior expressão e consolidação ao investimento já realizado, completando-o com novos equipamentos como seja o Complexo Desportivo do Trinta, a participação na conclusão do

Complexo Desportivo de Santa Apolónia e a construção de Ciclovias, assegurando também neste âmbito uma marca bem positiva na gestão municipal. Quanto ao Parque Porta Norte a construir na Quinta da Trajinha, propriedade municipal desde 1998, já com projecto de execução, só será concretizado a curto prazo, se financiado pelo QREN.

**Na área das funções económicas**, pretendemos incentivar o esforço de investimento para criar condições de acolhimento empresarial que se assumam como uma plataforma de promoção do empreendedorismo, passando pela criação de competências na área da energia e do ambiente, apostando em dois projectos, o Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia, e a rede ECOCITRAS- Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras.

Pretendemos continuar a desenvolver as zonas industriais existentes, Cantarias e Mós/Sortes, incluindo a ampliação, assim como preparar a evolução da plataforma logística do Aeroporto e o desenvolvimento da zona Industrial das Carvas, como forma de divulgar os produtos locais de qualidade, dinamizando o investimento endógeno, e difundindo as potencialidades locais para atrair investimento para a área do município e muito em especial para fixação de jovens que por falta de oportunidades abandonam a região e o país.

**A gestão dos transportes** e incremento das acessibilidades, leva-nos a considerar esta área de intervenção municipal como prioritária, acompanhando todas as oportunidades de investimento que venham a surgir, com vista à construção e requalificação da rede viária e à construção do Aeroporto Regional.

**A colaboração com as Juntas de Freguesia** manter-se-á em termos de elevada exigência no que respeita à utilização de apoios financeiros, dada a dificuldade na criação de receitas, o que obriga a uma criteriosa selecção dos investimentos a apoiar. As transferências de capital contempladas no PAM terão que complementar investimentos, co-financiados pelos recursos próprios das Juntas de Freguesia.

**Ao nível da colaboração com as Associações** continuamos assumidamente a incentivar o trabalho desenvolvido, indispensável à obtenção de respostas céleres que as comunidades mais fragilizadas necessitam, tendo presente que os apoios de ordem financeira serão direccionados para apoiar iniciativas de forma selectiva, no sentido de viabilizar o que for mais sustentável e necessário em termos sociais, com

a certeza de que os apoios deverão progressivamente acompanhar a tendência de diminuição das receitas municipais.”

**Após a apresentação dos documentos o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os mesmos.**

**Intervenção do Sr. Vereador, José Leonel Branco Afonso:**

O Sr. Vereador, apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os documentos que sustentam o Orçamento Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos, apresentam estrutura sólida e de fácil leitura.

Todavia, enformam aquelas que são as prioridades e a visão estrutural e política da maioria que tem liderado o Município nos últimos 12 anos, da qual nos demarcamos em vectores fundamentais que se prendem com a macro estrutura organizacional da vida do concelho.

Por outro lado, considero que o presente Orçamento, embora com uma diminuição de 5,8%, em valores absolutos, comparativamente ao apresentado em 2008, não reflecte uma consequência preocupação na redução da despesa, como forma de tornar mais consequente a maximização da utilização das receitas.

Assim, por considerar os documentos em apreço, não sustentam:

- Investimentos em projectos de construção de habitação social, sustentáveis e com cariz integrador;
- Programas efectivos de captação de investimentos capazes de gerar riqueza, fixar população e gerar empregabilidade;
- A criação e desenvolvimento de um complexo desportivo municipal amplo, dotado de valências diversificadas de treino e competição, centro de estágios e infraestruturas polivalentes;
- O desenvolvimento de políticas conducentes à promoção de eventos de sustentabilidade que afirmem a importância e a capitalidade de Bragança;
- A revitalização efectiva do centro urbano como forma de consolidar e reestruturar o centro cívico da cidade, promovendo a identidade bragançana;
- A melhoria das condições de circulação para peões e veículos, bem como a promoção das necessárias condições de segurança em diversos pontos críticos, designadamente através do redimensionamento de cruzamentos e alteração de cruzamentos intercepções;

- Aposta firme no tratamento de afluentes das redes de saneamento básico na área rural do concelho.

Voto contra a presente proposta de Plano e Orçamento para 2010.”

**Intervenção do Sr. Vereador, Rui Afonso Cepeda Caseiro Caseiro:**

“Voto favoravelmente, pois, as grandes opções do Plano e o Orçamento para 2010, reflectem um conjunto de actividades e projectos considerados prioritários que dão respostas às necessidades da população brigantina e que foram objecto de avaliação pelos munícipes nas ultimas eleições autárquicas.

São alocados os recursos financeiros disponíveis perante um cenário real de redução de receitas, implicando uma gestão rigorosa dos meios.

Regista-se uma preocupação no controle das despesas correntes e um direccionamento de receitas correntes para investimento.

Contempla-se o aumento de recursos humanos e também o mérito do desempenho dos trabalhadores foi considerado através da afectação de uma verba significativa por intermédio da opção gestonária que permite a alteração do posicionamento remuneratório a vários trabalhadores.”

**Intervenção da Sra. Vereadora, Maria de Fátima Gomes Fernandes:**

“O PPI é um Plano coerente com orientações precisas e específicas que concretizam objectivos delineados face a uma conjuntura de crise social.

Traduz uma política de transparência, rigor e realista face aos condicionalismos impostos pela situação económica e social sentida.”

**Intervenção do Sr. Vereador, Hernâni Dinis Venâncio Dias:**

“ O presente documento, apesar de todas as dificuldades provocadas pela conjuntura económica nacional e internacional e que obriga a que o investimento seja menor, traduzido na diminuição das receitas, que exigirá maior rigor, contém e reflecte, no entanto, as principais acções dentro da estratégia de desenvolvimento pretendida e pensada pela maioria do Executivo Municipal.

Assim e porque entendo que as acções/actividades nele contidas contribuirão para o progresso e bem estar dos cidadãos do Concelho de Bragança, voto favoravelmente.”



De seguida procedeu-se à votação dos documentos – Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipais; Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o Ano de 2010, tendo sido aprovados, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e dois votos contra dos Srs. Vereadores, Humberto Francisco da Rocha e José Leonel Branco Afonso, relativo aos documentos, Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipais, e Orçamento Municipal, sendo o Mapa de Pessoal, aprovado, por unanimidade, dos membros presentes.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros, presentes, submeter as propostas dos documentos para aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) e o), do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro..

**Lida a presente Acta foi a mesma aprovada, por unanimidade, dos presentes, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Nunes e pela Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier.**

---

---